



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Ata n.º 32

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão do Futebol Clube da Ferreiras, por convocatória de dezassete de Novembro e aditamento de vinte e quatro de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação da ata da sessão de 28-09-2016;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros - Contrato de Delegação de Competências do Município de Albufeira na AMAL;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Prestação de Serviços de Ampliação e Remodelação do Sistema de Telegestão da Rede Geral de Abastecimento de Água"; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao Fundo de Eficiência Energética - Aviso - Administração Pública Eficiente;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, a Proposta de aquisição, pelo Município de Albufeira, do acervo de bens imóveis que integram a massa falida da "Faceal - Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A."-rectificação do valor da venda.-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2017/2020; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2017, incluindo Mapa de Pessoal; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Fornecimento Contínuo de britas, gravilhas, tout venant, pó de pedra e detritos, até ao limite de 20.000,00 mais IVA;-----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para a Aquisição de Serviços de Elaboração de Planos de Segurança ou suas Adaptações, Medidas de Auto Protecção e Registos de Segurança; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Minuta da escritura pública de compra e venda do acervo de bens imóveis que integram a massa falida da Faceal - Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A., em Mem Moniz - Paderne;-----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão do Orçamento para o ano 2016;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), João Hélder Grade Cabrita (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (PSD), Fernando José Rocha Cabrita (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Faltas: José Geraldes de Pereira Simões, Maria Eugénia Xufre Baptista, Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões, Ana Alexandre Pereira e Joaquim Manuel Correia Vieira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Ana Pereira e Joaquim Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, João Cabrita, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Ruben Barulho e Joaquim Dias.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto-----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos. Eu estive aqui na Assembleia Municipal no mês passado e coloquei algumas questões sobre as quais, até a presente data, não obtive



qualquer resposta. Não vou repetir o que disse há um mês, isto é gravado, mas gostava de dizer que a situação dos bares "Sangria" e "Irish Pub Jack" continuam a importunar de uma forma extremamente desagradável. Não me vou alongar mas gostava de ler só aqui um SMS que enviei para o proprietário desses bares no sábado passado, pelas três horas e dezoito minutos. Escrevi o seguinte: "Boa noite. O barulho acordou-me. Acho que é a terceira vez esta noite que me acordam. Muito obrigado". Foi isto que escrevi porque sou uma pessoa educada. Portanto, estamos bastantes preocupados; são apresentadas reclamações na Câmara e esta é a minha segunda Assembleia Geral a que venho falar sobre este assunto. Era só isto que tinha para dizer".-----

João Machado: "Boa noite a todos. O assunto do bloco ao lado é parecido. Neste momento existe um *bowling* na Marinha de Albufeira. É fácil de verificar que não existe qualquer isolamento acústico: os pilares estão em betão, as paredes estão em tijolo, nem sequer pintadas estão, e, portanto, qualquer bola que bata faz vibrar os pilares, treme a estrutura toda do prédio, é uma estrutura anti sísmica, até às duas da manhã é constante o incómodo. Agradecia que fosse feita alguma coisa".-----

Elsa Perruca: "Boa noite. O que me traz aqui é o seguinte: já foi comunicado a Câmara, isto passou-se há um ano atrás, eu tive um problema com as segundas cheias de Albufeira, em que o meu carro ficou na parte da Patã de Baixo, numa das ruas. Pisei uma tampa da Câmara de águas residuais que me partiu a parte do plástico do carro. Ouvi um grande estrondo, conforme passei em cima da tampa. Foi nas segundas cheias, a água era imensa, a tampa estava levantada e pronto. Foi comunicado logo à Câmara, o processo foi aberto, foi-me comunicado que, se era uma tampa da Câmara, seria resolvido pois havia a certeza de que havia as cheias. Resultado: processo para cá, processo para lá, respostas para cá, respostas para lá, eu mandei fazer um plástico novo para o carro, que tinha um mês de comprado, e, depois a resposta da Câmara, em Março, foi que não me iriam pagar o plástico depois de eu ter tido uma resposta telefónica da Câmara que avançasse que o plástico era pago. Inclusive, depois estive com o senhor Presidente a falar sobre o assunto. Eu não tinha provas do que aconteceu mas se houve as segundas cheias, há provas, há o local, inclusive há um buraco aberto onde as águas residuais todas se dirigem para lá, a céu aberto, em que qualquer pessoa até pode lá cair, junto mesmo à tampa que eu passei por cima porque não conseguia ver, porque é um cruzamento. Mandei fotos, está tudo junto ao processo. O processo é do dia vinte e oito do doze de dois mil e quinze, a resolução da Câmara foi esta. Eu não concordo, e o que depois o que me foi dito, que por vinte e cinco euros, a Câmara não



accionou o seguro normal da Câmara, mas sim a seguradora da Câmara, em que tive resposta, que não iriam pagar nada, também. É tudo".-----
Alice Guerreiro: "Boa noite a todos. O meu assunto hoje é o seguimento da outra reunião: é sempre as cheias de Albufeira, como é óbvio. Como foi apresentado, devido à minha idade, não ter acesso ao juro dos Bancos, o que eu já sabia, e o que o Senhor Presidente me disse foi que passasse no outro dia na Câmara. Eu passei, fui bem recebida, fui bem tratada, mas a resposta foi sempre a mesma: que não havia auxilio porque só auxiliavam para as prateleiras, para os estragos que havia. Eu sei que o Senhor Presidente, no meu ponto de ver, fez o máximo que podia em nosso benefício, não o vou condenar por isso, portanto, aquilo a que, seguidamente, o senhor nos apoiou, e a todas as pessoas - não nos faltou água, não nos faltou protecção, não nos faltou ajuda. A ajuda que eu reclamo, e é nessa que eu não me conformo, foi a que foi dada à venda ambulante. Sei que veio de Lisboa, não é a Câmara que é a culpada disso, mas há coisas em que a Câmara, uma vez que nós não fomos beneficiados pelo grande patrão lá de cima, nos pode ajudar: é a olhar por nós. Portanto, na altura que fui, o senhor Presidente disse que não sabia. Eu tenho aqui, da Câmara, o regulamento onde eu não encontro em parte nenhuma que aquelas pessoas que foram indemnizadas tenham direito a ter lá aquelas caixas para guardar a sua mercadoria. Como diz no regulamento, a venda ambulante divide-se em duas partes: a venda fixa e a que é destinada pela Câmara mas em qualquer uma delas é referido que à noite terão que tirar e durante o dia terão que ter os seus meios para pôr as suas mercadorias e retirá-las. Por isso é nessa parte que eu não me conformo, que essas pessoas sejam indemnizadas e nós não somos. E, desculpe senhor Presidente e todos os senhores que com o senhor trabalham na Câmara, nós achamos que nós, os comerciantes, não somos protegidos, nem fomos por lá, nem pela nossa Câmara. Achamos nós que a nossa Câmara só vê bancas e barracas porque agora já é dividido em duas classes, já têm umas barracas que são como umas lojas, já têm umas bancas, e são elas que usufruem de todos os benefícios. No regulamento diz também que não se podem sobrepor sobre o nosso comércio, dos comerciantes de estabelecimentos fixos. A Câmara autoriza que essas pessoas fiquem à nossa frente, dois metros, e nós ficamos atrás das bancas. E também, no regulamento menciona que não pode estar a mesma venda, igual aos nossos estabelecimentos, ao mínimo de cinquenta metros. Essas pessoas vêm para o pé de nós, vão à Câmara, pedem uma licença para vender, não importa o quê, mas chegam ao pé de nós e tudo quanto nós temos, elas vão buscar e vão vender. Eu digo-lhe sinceramente



há coisas que eu guardo porque tenho vergonha de ver as bancas ao meu lado, a dois metros que estão de mim, a vender aquilo que eu vendo, que eu devia de vender, e eu não vendo. Já mais que uma vez fui à Câmara ter com a senhora Vereadora Marlene, com o senhor Presidente e puxei essa questão. A Vereadora Marlene respondeu: "Mas elas só têm licença para vender isto", mas continuam a vender tudo que querem e lhes apetece e ainda gozam connosco, ainda nos dizem: "Porque há trinta anos que estou aqui, há trinta anos que tenho bancas. Já vi muitas lojas fechar e eu não fechei". Pois dessa maneira, muitas outras lojas terão que fechar porque, no meu ponto de ver, desculpe-me se estou errada, só vejo apoiar bancas, bares e restaurantes. Esses sobrepõem-se também por cima de nós, também sou vítima que a Câmara licenciou sem saídas de fumos, sem nada. É um cheiro da comida que não posso, nem eu nem os próprios clientes. É a minha beira, têm autorização para estar até ao meio da rua. Não só me vedam a visibilidade do meu estabelecimento, como carrinhos de crianças, de pessoas que não se podem movimentar, vai tudo para a minha frente, impedindo que eu faça o meu livre comércio. Isto é um ponto que eu acho que o senhor Presidente deve olhar por nós. Outro exemplo do regulamento é a estética que as bancas devem ter, bancas e barracas, porque são divididas em dois grupos. Põem tudo de toda a maneira, não importa como, se têm um metro, põem expositores para o meio da rua, e nós, se temos dez ou quinze centímetros mais à frente, somos multados, porque só olham para nós, não olham para mais ninguém. Eu, por exemplo, tenho um processo na Câmara, sou uma arguida, portanto, sou uma criminosa, porque as bancas que estão ao meu lado estão na linha recta de trânsito e eu achei que também tinha o mesmo direito, porque a Câmara a mim só me deu dois metros, mas as outras pessoas estão três metros e trinta desviadas da parede. Devo dizer mais, na Avenida da Liberdade, desde que se começa na Avenida até terminar, são dezoito bancas que lá estão, amontoadas umas em cima das outras. Se me virem vender uma peça, vão a correr pôr igual, na minha frente, no meu lado. No Largo Duarte Pacheco são vinte e duas a vinte e quatro. Some-as com dezoito. Portanto, eu sugeria ao senhor Presidente e a todas as pessoas que me escutam, isto hoje tudo é feito tecnicamente, façam uma Albufeira cheia de barracas e bancas, e façam outra no lugar dessas bancas: ter floreiras, ter arbustos, ter bancos para as pessoas se sentarem, ter qualquer coisa, que quando chegamos ali não se veja, eu não sei explicar, eu não sei que impressão é que eu tenho quando vejo aquilo. O que é que o senhor Presidente vê, se for caminhando por uma rua? Vê o que está na sua frente, não olha para os lados, como é obvio, como eu faço e como todas as pessoas



fazem. Há mais: no meio da Avenida da Liberdade, há várias bancas postas na frente, textualmente, das lojas. As pessoas que lá trabalham estão com as costas voltadas para os estabelecimentos, vendendo o que esses estabelecimentos deviam vender, porque já deixaram de vender: é uma falta de respeito. Aqui vai-me desculpar que eu vou ser talvez um pouco dura: a culpa não é de quem lá está, e eu o que tenho para dizer digo, não vou dizer nas costas de ninguém, digo na frente para dar oportunidade para se defenderem, é assim a minha maneira de estar na vida. O senhor Presidente conhece-me há muitos anos, sabe que eu falo assim. E chegando ao Duarte Pacheco, eu não tenho palavras: quem for da Avenida da Liberdade por ali a baixo não vê a loja dessa senhora, não vê as outras lojas, porque só vê barracas na frente. Quem vier da parte de baixo, da 25 de Abril, é a mesma coisa; a Cândido dos Reis é a mesma coisa. Quem entre da parte da Duarte Pacheco chega à ponta da Avenida da Liberdade não vê a minha loja, não vê as outras que lá estão, só vê barracas e bancas na frente. Eu acho que chega, basta! Todos temos que governar a vida, eu sei disso, mas eu só faço uma pergunta: eu e os outros comerciantes não temos? Portanto, este é um ponto em que eu acho que o senhor Presidente devia olhar por nós e lá diz o velho ditado "cada macaco no seu galho": um galho para essa gente e outro galho para nós porque eu saio daqui, já viajei pela Europa, eu não vejo isto em lado nenhum, eu só vejo em Albufeira. Em Portugal já há muitas cidades que estão a tomar conta com isso. É isso que eu peço: que a Câmara também tome conta de nós porque nós também temos gente para alimentar, também temos gente para comer, eu também tenho filhos, eu também tenho netos, e eles também precisam que ser alimentados. Que seja repartido irmãmente, porque há muitas bancas que estão presentemente a fazer muito mais dinheiro do que muitas lojas fazem. Estas pessoas têm que se comportar connosco e não o fazem: nós passamos e somos vaiados, somos chamados nomes. Já uma vez reclamei disso. Se me chamarem velha, eu não me ofendo, eu já o disse. Sei que sou velha, digo a toda a gente, tenho setenta e sete anos com muito orgulho. Hoje se não falam, fazem gestos e eu gostaria de entrar pela Avenida da Liberdade ou pela Duarte Pacheco livremente, com todos os comerciantes. Dou-me com eles todos, aqui estão presentes não sei quantos, não há um que não fale com os outros e todos vivemos irmãmente. Portanto, senhor Presidente, muita coisa ficará por dizer. Acho que temos o direito de olhar por isto. O senhor Presidente só protege as bancas, os bares e os restaurantes, desculpem-me as pessoas dos restaurantes e dos bares. Nós assim não podemos continuar, toda a gente puxa a brasa à sua sardinha, eu tenho que puxar à minha, por



todas as pessoas que estão a ser prejudicadas e nós assim não podemos continuar, já somos pouco e, se assim continuar, dentro de pouco tempo não seremos nenhuns. Está na mão do senhor Presidente já que o estado não nos ressarcir dos nossos prejuízos, que seja o senhor Presidente a olhar por nós. Deixem-nos trabalhar para nós ganharmos, tirem as pessoas que nos estão a tirar o nosso ganha-pão, que não têm o direito de estar no lugar onde estão, as pessoas que é marido, é mulher, até porque havia e há os que são bem-vindos, os animadores de rua. Quando aqui cheguei a Albufeira tinham animação: cai as moedinhas caídas do céu, que não tenho inveja nenhuma disso. Mas hoje cada uma dessas pessoas já tem uma banca na frente, todos já têm mais do que um comércio, é a mulher, são os filhos. E há outra coisa que no regulamento também diz que cada um tem que respeitar o seu lugar. Façam o favor de ir a Albufeira ver o centro de Albufeira, se quem lá está, hoje, amanhã ou noutro dia, se aquilo é o lugar deles. Portanto, eu como já falei e tenho esse processo na Câmara, gostaria também de dizer que sei que já foi alguém penalizado. Eu estou à espera disso. Portanto na minha intervenção diz que é milhares de euros e senão me vêm tirar as coisas da rua, porque eu avancei, ainda estou atrás das bancas, mas eu, sendo como eu sou que não ponho o pé em cima de ninguém, também não admito que ponham em cima de mim. Tenham paciência! Chegue onde chegar, levem-me onde quiserem porque na carta que eu lá tenho, no processo que eu tenho, só falta dizer que depois ficarei em prisão preventiva, que de resto está lá tudo bem discriminado. Muito obrigada, peço desculpa a todos os presentes se por acaso falhei nalguma coisa ou ofendi alguém involuntariamente, que não foi essa a minha intenção".-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. Vou começar por responder ao senhor Miguel Coelho. Não teve resposta porque, seguramente, que o assunto está nos nossos serviços e haverá resposta, seguramente. Já tomei aqui nota no sentido de ser visto em que ponto é que está a sua reclamação, o que se aplica também ao senhor que falou a seguir, senhor João Machado, que também se queixa do barulho. Em relação à D. Elsa Perruca, sinceramente, não tenho ideia do desfecho desse assunto. Quando existe um dano que é causado por alguém, no caso seria pelo Município, naturalmente que o direito implica que essa pessoa que é responsável, no caso seria o Município, se responsabilize pelo pagamento dos danos. De facto, não estou a ver o desfecho disto, não estou a ver qual foi a prova - tem que se fazer sempre a prova do dano, nexos de causalidade. Se já recebeu alguma resposta, tenho que ver o que é que se passou com o nosso Departamento Jurídico, que resolve essas questões. Irei ver o que é que se



passa. Em relação à senhora D. Alice Guerreiro, temos aqui duas situações: uma tem a ver com a questão de indemnização pelas cheias que ocorreram em Albufeira em Novembro do ano passado. Em relação à indemnização que veio para os ambulantes, aqui não é bem o sítio para apresentar essa reclamação porque essa decisão não é da Câmara. Como sabe, essa é a competência do Governo Central. Houve uma comissão para isso, o Município esteve presente, não se desinibiu das suas responsabilidades, no sentido de ajudar as pessoas a fazer chegar lá os processos completamente instruídos. Mas, a questão da interpretação que foi feita da Lei por essa comissão, foi uma interpretação restritiva, entendendo que o direito à indemnização teria que corresponder a parâmetros muito apertados e aí excluiu-se logo muita gente. Foram considerar os ambulantes como pessoas mais carenciadas e, portanto, deram essa indemnização, foi o que aconteceu. Não vale a pena rir, foi o que aconteceu. Isto é um facto e eu gosto de lidar com factos. A questão que a senhora levanta, se as caixas onde guardavam as coisas deviam de estar lá ou não deviam de estar, se eram retiradas à noite ... Que eu saiba aquilo ocorreu à hora de almoço e, portanto, os danos que foram demonstrados foram minimamente aceites por essa comissão e mediante alguns parâmetros. Quanto à outra questão que a senhora levanta, que é a questão do não ter idade para poder socorrer-se do financiamento bancário, o Governo também estabeleceu duas linhas de crédito para aqueles que não eram titulares do direito à indemnização. Algumas pessoas já me disseram que os bancos recusam mas ainda não recebi até hoje nenhuma pessoa que me entregasse a recusa desse banco. Como é que eu, neste momento, posso reagir se as pessoas só me dizem de boca alguma coisa que lhes foi dita de boca por um funcionário bancário sem qualquer responsabilidade. Portanto, as pessoas têm que preencher os papéis, têm que fazer o pedido para que a recusa venha por escrito e, aí sim, haverá a nossa parte. Para além de já termos feito o alerta lá a cima sobre esta matéria, preciso de saber, exactamente, quantas pessoas é que deram entrada do pedido, e ficaram com prova de que deram entrada do pedido no banco, e que o banco recusou. Porque, senão, se eu disser lá para cima que as pessoas deixam de aceder ao crédito porque não têm idade ou porque não têm garantias suficientes, que os bancos não lhes concedem os créditos, e que afinal isto foi tudo uma fraude, no sentido de que o Governo, com muito boa vontade, criou estas linhas de crédito, mas depois as linhas de crédito não são acessíveis às pessoas porque os bancos recusam. Então, mas o Governo tem que ter nas mãos os papéis que justifiquem essas recusas do banco, porque é o banco A ou é o banco B que recusou? Temos que



saber primeiro. E a pessoa foi recusada com que fundamento? Porque a linha de crédito não cobre este dano ou não cobre aquele? Porque a pessoa não tem crédito ou porque se pede garantias que a pessoa não pode dar? E se no banco fizerem o pedido, ele tem a obrigação de fazer a recusa por escrito ou, pelo menos, a pessoa tem a prova de que deu entrada do pedido e que nunca mais responderam, pelo menos isso. Se não for assim, vamos continuar todos a falar uns com os outros mas lá em cima continuam na paz do senhor pensando que fizeram um grande feito ao criar as linhas de crédito e que, afinal, não serviram para ninguém, mas também ninguém vai lá dizer que o banco A, B ou banco C, mediante o pedido que lhe foi feito, recusou. E é isto que eu já disse na última Assembleia e peço, se quiserem, de facto, contestar esta medida por ineficácia, temos que fazê-lo com atos concretos, não é só conversa. Porque amanhã o próprio funcionário que vos disse que não vale a pena dar entrada porque isso vai ser recusado, ele próprio nega que disse isso porque ele não tem competência para dizer isso. Isto é a mesma coisa que, se fizerem um pedido ou quiserem fazer um requerimento à Câmara e o funcionário que está lá no guiché disser "não entregue isso que não vale a pena que a Câmara vai indeferir", é a mesma coisa. Portanto, as pessoas entregam o pedido, têm o direito de entregar, fazer o pedido, o banco também tem o direito de recusar, mas depois, lá em cima, vão saber: "Afinal, os senhores criaram estas linhas de crédito e não serviram para nada. Tenho aqui vinte pedidos e destes vinte pedidos só um é que foi concedido ou não foi concedido nenhum. E quem é que recusou? Foi o banco A, o banco B e o banco C." Se não tivermos isso na mão, então ficamos todos aqui muito satisfeitos a contestar uns para os outros e não vamos a lado nenhum e o Governo continua tranquilo, pensando que fez o seu papel porque ninguém chega lá a cima com as provas a dizer: "Meus senhores, estão aqui vinte recusas. Foram vinte pedidos, vinte foram recusados: uma porque não tem idade, outra porque não tem garantias, outra porque não tem bens em seu nome." Enfim, as várias razões que o banco poderá suscitar, com direito ou sem direito. Agora, lá em cima é que têm que saber das recusas e nós estamos dispostos a ajudar, já dissemos isso, já transmitimos lá para cima que a coisa não está a funcionar mas não serve só dizer que a coisa não está a funcionar em tom muito genérico. Tem que ser em tom concreto: o banco A, mediante o pedido da senhora B ou do senhor C de ressarcimento dos danos discriminados, em que a Câmara atestou que os danos são razoáveis, recusou pelo motivo A, B ou C, não interessa o motivo. Depois o outro caso: o outro banco também recusou por aquele motivo. Então, afinal, temos uma mão cheia de nada. Mas isto tem que ser feito em



concreto. Eu já pedi: façam-me isso, vamos lá com as recusas, vamos lá com os pedidos não respondidos. Nós agiremos e eu serei uma voz forte da vossa defesa. Assim com factos abstratos, eu ir lá dizer (que já dissemos) ... mas a resposta será sempre: "Se calhar não tinham direito, provavelmente não teriam. Mas não têm factos em concreto. Neste momento não sei dizer quantas pessoas já fizeram os pedidos aos bancos, deram entrada dos pedidos nos bancos e foram recusados. Eu disse, genericamente, que têm estado a ser recusados mas a pessoa para ter uma recusa tem que fazer um pedido, ter que dar entrada do pedido. Não é: "Não vale a pena porque a senhora não tem idade já para isto." Isto não chega. O Governo vai reagir sobre que Banco? Tem que haver um dado em concreto para que o Governo possa, de facto, ter alguma reação sobre estas matérias porque, senão, nunca mais há reação nenhuma. Quanto à outra parte que a senhora também refere, a questão da ocupação da via pública, nós também temos consciência que houve abuso na ocupação da via pública neste ano que passou. Eu próprio também andei pela baixa de Albufeira e vi, de facto, que aquilo estava desordenado e, portanto, estamos neste momento a trabalhar num regulamento para entrar em vigor durante o próximo ano para que as coisas possam ser ordenadas da melhor maneira, e que não exista colisão, ou que exista a menor colisão possível entre as pessoas que estão em causa, que são de facto os nossos comerciantes e são também as pessoas que poderão ser vendedores ambulantes. Mas temos que tentar conciliar as coisas para que ninguém prejudique ninguém. Esse regulamento está neste momento a ser estudado." -----

Miguel Coelho: "Quero só dizer, senhor Presidente, na última Assembleia, a última pergunta que eu fiz, que é a seguinte ou foi a seguinte: Qual é o prazo médio de resposta da Câmara Municipal de Albufeira a uma reclamação apresentada por um munícipe sobre estas práticas ambientais graves?" O senhor Presidente na Assembleia não me respondeu a esta pergunta, não me disse, concretamente, qual é esse tempo médio. Durante a minha intervenção desta noite, o senhor Presidente disse que aguarda que os serviços informem. Eu penso que era interessante ou eu ficaria mais satisfeito, se me pudesse dizer qual é o prazo para que me pudessem dar uma resposta, uma resposta que é muito simples. A questão de fundo é: eu solicitei uma verificação dos níveis registados pelos sonómetros. Os sonómetros emitem, segundo informação que tenho, para a plataforma da Câmara, basta carregar num botão o senhor Presidente amanhã tem a informação toda: o que aconteceu esta noite, a noite passada, há dois meses. Portanto, eu penso que o senhor está bem assessorado, tenho



informação que tem técnicos competentíssimos do seu lado, só precisa é carregar no botão. Eu precisava de uma resposta, senhor Presidente. Nós não conseguimos dormir! Muito obrigado".-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes:-----

Presidente da Assembleia: "Hoje faleceu o Deputado Honorário Cristóvão Norte que foi o redator da proposta de Lei que fez com que Albufeira fosse elevada a Cidade. Assim, eu propunha um minuto de silêncio em honra de um homem que trabalhou pelo Algarve, em honra de um homem que foi importante na elevação de Albufeira a Cidade. Como tal, propunha a esta Assembleia um minuto de silêncio em honra de Cristóvão Norte. Não havendo oposição por parte de nenhum dos Membros, considero que é por unanimidade que fazemos um minuto de silêncio. -----

Luís Afonso: "Queria saber se, em relação às obras na Estrada Nacional 125, quando iniciaram as obras reabilitação, o Município foi consultado, se foi informado antes, se esta informação está acessível, nomeadamente aos Membros da Assembleia. E esta pergunta vem porque todos os dias circulo na N125, na direção da Guia para Albufeira. Ali já houve intervenção: foi pavimentado um bocado e falta outro bocado e falta a sinalização rodoviária, e todos os dias encontro peões que vão ali na estrada. Há ali uma guarda e, por vezes, os peões estão atrás dessa guarda, e por vezes circulam no asfalto. É uma situação que, eventualmente, quando está a chover, impede a visibilidade e o condutor é surpreendido com um peão. Acho que já houve um acidente, um atropelamento. Não sei se foi desse lado da estrada, se foi no outro. Essa obra vai ter alguma parte onde os peões podem circular ou, eventualmente, não vai ter? E qual é a resposta que o Município pode dar às pessoas que circulam ali, entre o Algarve Shopping e a localidade da Guia? Em relação à outra parte da estrada, nomeadamente na rotunda dos semáforos das Fontainhas, quem vai para Boliqueime, há ali uma parte que tinha duas vias, no sentido de Boliqueime para cá, que foi pavimentada mas não se pode utilizar aquela via. Há também a informação, que não sei se será correta, que aquele viaduto, onde passa o comboio por baixo e a estrada por cima, irá ser objeto de uma intervenção durante dois meses, que em principio a circulação vai ser cortada. Se ficar cortada, qual é que é a resposta? Porque há sempre pessoas, desde a Kadoc, Patã de Baixo, a ir ter ali aos semáforos das Fontainhas. Vai sobrecarregar as estradas municipais, vai desgastá-las, vai, eventualmente, até haver situações de perigo. Haveria a possibilidade de o troço de Boliqueime até Albufeira, enquanto essa intervenção



decorresse, ser gratuito na passagem na autoestrada? A minha pergunta é neste sentido: o que é que o Município sabe disto? E o que é que pode fazer?" -----

Cândido Reigado: "O acesso à Praia do Barranco está intransitável. Qualquer carro que tenha que ir lá, se não tiver tração às quatro rodas, não sai de lá. Há também um buraco no acesso ao Bairro da Nossa Senhora de Fátima, nos Olhos de Água. Está aberto, mas dá para passar, e aquele caminho tem algum trânsito. Abriram o buraco, continuando o caminho que dá acesso à Rua 25 de Abril. Já tinha falado neste caminho aqui na Assembleia (acho que foi na anterior). Não se conseguia passar por lá. A chuva estragou o caminho, para se conseguir passar tinha que ser com muito cuidado. E depois, continuando nesse caminho, já na altura havia buracos. Depois de ir à Junta de Freguesia, falei com as funcionárias que lá estão, falei com a Dona Indaleta e depois da nossa insistência, o problema da falta de iluminação está resolvido, esse caminho está alcatroado, mas abriram lá um buraco junto a uma vivenda e já está assim há mais de um ano e continua sem ser resolvido".-----

Soraia Rodrigues: "Eu venho alertar para a questão da manutenção do parque de Vale Faro. Há algum tempo atrás, numa assembleia foram feitos alguns reparos relacionados com problemas de segurança naquele lago, que não tinha vedação à data, e à falta de manutenção do parque. Essa situação é certo que foi revista. Há cerca de três semanas fui ao parque e constatei que, para além da zona de baloiços, escorregas e do relvado, existem muitas falhas ao nível de segurança e saúde pública: os caixotes de lixo estão sempre cheios, encontrei, durante o percurso que fiz naquela passadeira amarela, preservativos usados caídos no chão, encontrei seringas caídas no chão, encontrei bastante lixo, quer perto dos caixotes de lixo que estão cheios, quer noutras zonas (falta de civismo dos utilizadores do parque) o que não apresenta sinais de que os funcionários da autarquia lá vão dentro. Não é a primeira vez que isso aconteceu e a última foi há cerca de duas, três semanas. Uma vez que estamos aqui a lidar com questões sensíveis, vinha fazer esse alerta para que seja revista a questão da recolha de lixo e a manutenção do parque nas zonas que não estão tão concentradas na área infantil e nos relvados que esse parque tem. É que há outras zonas que são igualmente utilizadas".-----

Domingos Coelho: "Gostava de perguntar ao senhor Presidente se já tem o relatório ou alguma informação reportada mais ao detalhe sobre a limpeza e o desassoreamento do caniço da Avenida 25 de Abril".-----

José Pimenta: "Eu tenho três questões a pôr, duas em relação às Ferreiras. Não tenho



conhecimento, possivelmente pode haver mas não tenho conhecimento, em relação ao um de Novembro. O que aconteceu em Albufeira também aconteceu nas Ferreiras. A pergunta que eu queria fazer ao Senhor Presidente é a seguinte: há algum plano que está a ser tratado para este assunto para que, futuramente, essa situação seja resolvida? Em Albufeira há um plano, há um estudo, e tudo indica que vai para frente. Eu não tenho conhecimento em relação às Ferreiras. Haverá algum plano para que nas próximas cheias essa situação esteja resolvida? Segunda pergunta: em relação à G.N.R. Todos nós sabemos que nas Ferreiras o nível de população subiu muito, já tem bastante população. Sabemos também que há zonas problemáticas. Eu gostaria de saber se há algumas démarches, junto do Ministério da Administração Interna, para que haja um posto da G.N.R aqui nas Ferreiras. A terceira pergunta: a Feira Franca, não sei se há um século, se há dois séculos, se há cem anos, se há cinquenta anos, sei que há muito tempo, sei que a Feira Franca em Albufeira é no dia vinte e nove. Qual não é o meu espanto, este ano a Feira Franca foi no dia vinte e cinco, dia vinte e seis e dia vinte e sete. Porquê?"-----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão da Estrada Nacional 125, sei que existe alguma informação. Não sei até que ponto é que a informação dada à Câmara de Albufeira a nível da Estrada Nacional 125 está completa. Naturalmente que, enquanto Membro da Assembleia Municipal, tem todo o direito à informação que nós possamos ter. Quanto à questão do corte da estrada, eu também soube na altura e houve um pedido das Estradas para que, feito o corte, se passasse através de Albufeira. Na altura recusámos essa hipótese porque não faria muito sentido sermos nós a suportar essa situação. E a questão de se poder transitar de forma gratuita durante o período das obras pela Via do Infante tem vindo a ser reivindicada, não só por Albufeira como por Loulé, por vários Municípios, mas até agora não houve resposta. Loulé também está com os mesmos problemas que nós. Isto tem estado a ser tratado mais a nível dos nossos serviços viários, diretamente com as Estradas de Portugal. Vou ver o que se passa e trarei toda a informação. Até posso pedir que me colijam a informação toda, e poderá depois aceder à mesma. -----

Quanto à Soraia, não estou muito por dentro da questão desse jardim. Realmente já levantou aqui a questão e sei que tem havido algum cuidado com as partes que estão mais acessíveis. Em relação às partes mais "escondidas", é uma falta de civismo absoluto, quer dizer, desde o lixo, os preservativos, as seringas, etc., mas vou ver qual é a frequência de limpeza que é lá feita ou que poderia ser feita. O senhor Vereador



quer dizer alguma coisa sobre isto?"-----

Vereador Rogério Neto: "Sobre o parque de Vale Faro, em relação à limpeza, vou lá várias vezes e também partilho da mesma preocupação da Soraia. Em relação ao parque infantil, já houve alguns melhoramentos e ainda vai levar um piso novo mas já não é este ano. Em relação à limpeza, penso que agora está melhor, pelo menos que eu tenho falado com o Engenheiro Filipe, que é o responsável pela Higiene Urbana e também pelos Espaços Verdes, e foi-me dito que, atualmente, as senhoras que faziam as escolas, estão a fazer alguns jardins e que iriam começar a fazer o de Vale Faro. Isto porque na prestação de serviços da Ecoambiente, os giros de limpeza não são diários nem naquele, nem em quase nenhum jardim. É aquele parque tem vindo a ser cada vez mais utilizado, ao contrário do que as pessoas pensam, que acham que está abandonado, que não é utilizado. Está com muita utilização, principalmente desde que foram colocados aqueles equipamentos e feitos aqueles percursos. Tem havido lá piqueniques e as pessoas, como a Soraia também disse, têm falta de civismo: fazem fogueiras ao ar livre (estão lá zonas de queimadas na relva). Mas, na generalidade, o parque está melhor embora precise de ser melhorado, sem dúvida, e irá ser. Posso também adiantar que já foi aprovado para fazermos uma extensão à zona pedonal e, para o próximo ano, também já existe projeto (embora ainda não esteja no orçamento mas, em princípio, será feito em meados do próximo ano) para uma ponte em madeira a ligar ao Albufeira Shopping, o que vai facilitar muito ali a zona: os hotéis, os estabelecimentos, os turistas, os residentes podem fazer um percurso que encurta muito o espaço que hoje têm que percorrer. No Lago tem estado a ser feita uma intervenção, que não é da responsabilidade da Câmara, é a Algar que está a fazer essa limpeza. Da última vez que lá estive observei a limpeza, está a decorrer bem, na minha opinião, e dentro de pouco passará a ter água. De resto, deverá ficar mencionado que a zona, realmente, está boa. Houve algumas plantas que, infelizmente, não vingaram e estão a ser substituídas e a iluminação foi corrigida porque também tinha uma grande lacuna. Penso que não há nada mais a acrescentar".-----

Presidente da Câmara: "O Domingos Coelho pergunta-me se eu tenho mais informação. A que tenho foi a que constatei no próprio local no decurso dos trabalhos, que havia obras a decorrer no caneiro, através de contratação. Estava lá um camião a retirar umas toneladas valentes de terra do caneiro que estava, de facto, entupido, desativado, e tinha sido essa terra, inclusivamente, que estava coberta por algo do tipo impermeável, para que não pudesse escorrer por ali a água. Portanto, isso foi tudo



retirado só que, depois, ficámos ali com uma capacidade de receção de água que mais à frente vai ser novamente afunilada. Isso vai implicar, depois, partir para conseguirmos retirar toda a água de lá. Em princípio vai ser preciso partir umas certas zonas da Avenida 25 de Abril para que a capacidade seja total porque aí foi mesmo afunilada: em vez de caneiro passou a haver canalizações, tubos de menor dimensão. Toda essa zona é um bocado problemática porque, depois, também, ao chegar à zona da praia, que é a zona final, temos ali o pontão e no pontão temos dois problemas: um, é quando há maré cheia e coincide com a chuva, ou seja, com a necessidade de escoamento de água quando há mais água e se estiver maré cheia, essa própria maré ainda vai entrar pela canalização e vai impedir que essa escoe. Portanto, podemos ter ali uma situação complicada e está a ser estudado e já disse para avançarem com essa solução, que é a criação ali de uma pequena estação de bombagem quase na zona final com uma bomba que permita bombar a água que vem das chuvas e, em vez de a água escorrer pelo chão, onde terá que ser confrontada com a água do mar, ir entubada por essa tal bomba agarrada ao teto do pontão. Isso também nos permitirá fazer a inversão, ou seja, ir buscar água do mar para manter aquele caneiro limpo, porque aquele caneiro tem uma tendência natural de assoreamento. Este ano estive lá nos trabalhos de retirada de areia e devo dizer que a distância do chão ao teto, com a areia, seria aí de quarenta a cinquenta centímetros, ou seja, estava completamente entupido e fora dali retiradas várias toneladas de areia. Claro que isto são pequenas medidas que estão a ser seguidas também pelo Gabinete que está a fazer o Estudo de Drenagem e, portanto, esperamos conseguir resolver essa questão, porque é uma questão que realmente é complicada: basta haver um entupimento à saída ou basta haver uma maré cheia para podermos ter problemas na baixa de Albufeira. -----

Em relação ao senhor Pimenta, que também colocou uma questão sobre as cheias para saber se os estudos contemplavam as Ferreiras, devo dizer que o que está a ser estudado é toda a bacia hidrográfica de Albufeira. Naturalmente que as Ferreiras estão incluídas, penso eu, até porque as Ferreiras também fazem parte da bacia hidrográfica de Albufeira e também foram fustigadas, e de uma maneira até violenta. Temos o exemplo aqui ao lado do campo sintético que foi levantado pela força da água de uma maneira impressionante. Portanto, naturalmente que fazem parte do plano hidrográfico, eu acho que sim. Aliás, até está previsto aqui para Ferreiras e que vamos ter também que consignar em PDM, numa segunda fase, haver duas zonas como zonas possíveis de amanhã servirem de uma espécie de umas pequenas barragens. Portanto,



toda esta zona está a ser estudada. Quanto à G.N.R., por acaso já falei nisso e até falei, há já algum tempo, com o senhor que era General da G.N.R. e eles não têm essa intenção, neste momento. Não quer dizer que não venham a ter, que não possam vir a ser influenciados nesse sentido, mas, neste momento, a política é mais de concentração em esquadras mais fortes que permita concentrar os serviços administrativos nessas mesmas esquadras e com isso conseguir ter mais guardas na rua. A intenção deles, e a filosofia imanente a este tipo de situação, é a de menos Postos de Guarda, maiores, para permitir ter menos gente em serviços administrativos e mais gente a patrulhar. Daí que tivemos até alguma dificuldade em conseguir convencê-los, e conseguimos, da necessidade de manutenção de um Posto já existente, que era o de Olhos de Água. Também em relação a esse havia intenção firme, por parte do Estado, de o fechar, mas conseguimos dissuadi-los de o fazer. No entanto, criar um novo, o que também foi falado na altura, puseram logo fora de questão. Não quer dizer que amanhã não se consiga, "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", mas nesta fase não me parece. Quanto à Feira Franca, alguém criou o dia vinte e nove, agora criou-se o dia vinte e cinco, pronto. O vinte e cinco de Abril também foi no dia vinte e cinco, se calhar foi nesse sentido. Não sei quem é que fixou estas datas, não me recordo sinceramente da questão. Já me levantaram hoje a questão mas, como já era tarde, não tive oportunidade de ir ver o que é que se tinha passado, mas já tinha isso anotado".-----

Domingos Coelho: "No seguimento do mesmo assunto, se me permite uma constatação e uma recomendação: uma constatação é que, afinal, as obras do Polis, que já têm tido críticas em vários sítios, aqui inclusivamente na Assembleia, não resolveram os problemas de infraestruturas, antes pelo contrário, ainda criaram os problemas, e esse estreitamento, de que o Senhor Presidente falou, foi criado pelas obras da Polis. Quando, a seguir ao caneiro, foi cortado e foi entubado com três tubos, lembro-me perfeitamente de ter passado lá várias vezes, apresentei essa situação à Câmara, eu e outras pessoas, e veio-se a constatar que, afinal, a obra não tinha condições; a recomendação: se os serviços da Câmara levantarem o piso da Avenida 25 de Abril, que se crie ali, de facto, um piso com alguma dignidade. Se partirmos do Largo Duarte Pacheco até à Praça dos Pescadores, aquilo, sinceramente, não lembra ao diabo tanto mais uma cidade que é a Capital do Turismo. No Largo Duarte Pacheco temos bancos de pedra e granito. No Verão, se alguém se senta lá, fica frito, e, no Inverno, se senta lá fica congelado. Facilmente se podia pôr ali umas ripas de madeira. Depois, toda aquela imensidão não tem um único desenho da calçada portuguesa. Passamos, depois, ali na



zona do antigo Banco, agora o restaurante Bank, e daí para baixo encontramos piso em granito desalinhado e desnivelado, algumas das lajetas foram retiradas e foram colocados blocos de cimento, encontramos alcatrão, encontramos zona cimentada, encontramos granito e encontramos, lá na zona da Praça dos Pescadores, lajetas de calcário. Também não percebi porque é que o calcário ficou exatamente junto ao mar e está todo degradado, por causa do sal, e todo partido. Aliás, a Câmara, ainda há pouco tempo, andou a reparar e cimentou essas lajetas. Portanto, é a zona antiga mais importante da cidade e, neste momento, está uma perfeita miséria em termos de espaço público."-----

Fernando Cabrita: "Boa noite a todos. A minha questão tem só a ver com a limpeza das folhas caducas na zona da Malhada Velha. Aquelas árvores são mesmo de folha caduca permanentemente e persistentemente. Acontece que, de vez em quando, passa lá uma maquinazinha com um senhor a soprar aquilo mas, às vezes, parece que o homem passou e aquilo ficou e, claro, quando caem umas pingas de água, vai tudo para cima das sarjetas, automaticamente a água não corre e já tenho reparado que eles, às vezes, passam fora de horas, de noite, e fica por fazer. É só esse alerta, porque depois entope tudo."-----

Presidente da Câmara: "Em relação à Malhada Velha, não tinha conhecimento disso mas lançou o alerta. Em relação ao Domingos Coelho, aquilo também é uma baixa, também é antiga, às vezes o que tem ar de partido não são sinais de degradação. Também não se poderá dizer que está muito mau, está mal, não está bem, tem coisas que têm que ser corrigidas, evidentemente que sim, mas também não está assim tão catastrófico. Eu também tenho olhos, também passo por lá e também vejo, mas não vejo que esteja assim tão mal, embora deva ser corrigido. Aquilo tem ali um problema de um erro de conceção que passa muito pelo seguinte: os materiais até podiam ser muito bonitos, muito nobres, tudo muito bem, só que deve ter havido ali alguma falta de previsão. Quando se fez aquilo a intenção era de tirar dali a circulação automóvel e que, depois, não circulassem ali pesados. Ainda há poucos dias constatei que, junto ao parque de estacionamento onde há aquele sítio de recolha de lixo, as grelhas novas que foram lá postas há cerca de um ano, estavam completamente destruídas. Quem é que provoca essa destruição e aquele mau aspeto? É, precisamente, o camião do lixo que vai manobrar naquela zona e, portanto, tudo aquilo é muito bonito, foi tudo muito bem concebido, mas a conceção dos materiais utilizados, dá-me ideia, que não previa que aquilo não era só pedonal, que tinham que ir lá os carros de mercadorias, etc.. Portanto,



aquilo não tem capacidade de resistência suficiente para as cargas que muitas vezes sofre e daí, também, muitas vezes essa degradação. Vamos ter que ver quais serão os materiais apropriados para aquela zona, que eu não deixo de concordar que precisa de uma intervenção mas também não está assim tão mal".-----

Domingos Coelho: "Poderia estar melhor. A questão que o Presidente levantou do camião do lixo é que, quando o Polis fez aquela intervenção, nem sequer tinha previsto aquele espaço para o lixo. Teve que, posteriormente, ser feito junto ao parque de estacionamento. Mais uma vez o Projeto Polis! Assim como o caneiro que está encostado à falésia, também não foi feito. Só depois das cheias de dois mil e oito, e porque aquela comporta que existia a meio na antiga Praça foi tapada, e o Projeto Polis não previu a situação em que a água galgasse a rua abaixo, é que foi feito o caneiro encostado à falésia. Mais uma vez é deficiência do Projeto Polis: quem o conduziu politicamente e quem o produziu tecnicamente. Já agora uma palavra de saudação porque finalmente tem mostrado, penso eu, até agora, que as coisas estão a ser tratadas: ter chamado técnicos, o Prof. Saldanha Matos, e pensar nas coisas. Não foi como o Polis, que não foi nada. A questão é que o Polis consumiu vinte milhões e provocou, ou não evitou, passados oito anos, outros vinte milhões de prejuízos."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros:-----

Francisco Oliveira: "Boa noite, Senhor Presidente. Relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, só tenho esta questão: quanto aos valores que estão aqui em causa, verificamos que, desde a última Assembleia Municipal até esta, não tem havido variação - as operações orçamentais e operações de tesouraria, o valor é sensivelmente o mesmo. Tendo em consideração que estávamos a dez de Novembro quando foi feita esta apreciação, não terá ainda sido recebido, acho que



terminará amanhã, o pagamento da última *tranche* do IMI e, portanto, teremos cerca de mais oito a dez milhões de euros de receita, que irão engrossar este valor, em termos orçamentais. Assim, verifica-se que vamos ter um saldo para o próximo ano relativamente elevado, sem haver uma perspetiva de projetos: é algo que temos vindo a referir. Verificamos não haver, efetivamente, uma prossecução no caminho administrativo de haver projetos neste valor e no sentido, efetivamente, de o montante estar por despender, por utilizar, e por ser colocado ao serviço da população dos munícipes de Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "O que vou dizer é o mesmo que já disse nas outras vezes: existem projetos, existem intenções, existem planos que excedem, manifestamente, este valor e, portanto, como eu já disse, não tenho pressa nenhuma em gastá-lo, porque ainda há pouco foi referido o Plano de Drenagem de Albufeira e só aí temos uns larguíssimos milhões de euros. Por isso é um erro manter essa animosidade quanto ao facto de Albufeira ter algum dinheiro porque nós temos necessidade desse dinheiro, para fazer obras estruturantes no nosso concelho. E devo dizer-lhe que esteja tranquilo que, se não for neste mandato, não será seguramente, mas no próximo mandato, provavelmente, esse dinheiro estará todo gasto. Portanto, não há que ter pressa, há que planear bem, para gastar bem o dinheirinho porque ele não é infinito. E devo dizer que não irá sobrar; irá chegar, bem gerido, até que vamos ter, a partir de agora, e já tivemos este ano e vamos continuar a ter, diminuições de receita. Por isso, quer em relação às partes de que já prescindimos de IMI, que já podemos ir para valores mínimos, como também prescindirmos da questão da sobretaxa do IRS e também baixando, em vários domínios, a despesa pública em vários domínios, etc., não estou muito preocupado com esse tipo de crítica embora aceite e compreenda. Estão no vosso papel, têm que dizer aquilo que vos vai na alma, mas eu não estou muito preocupado com isso porque o que existe em projeto é mais do que suficiente, se não tivermos alguma cautela e algum cuidado, para gastar todo o saldo. Portanto, não me preocupa muito, embora compreenda e aceite, tem que dizer aquilo que acha que está mal. Eu não acho que o facto de termos algum dinheiro esteja mal".-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação da ata de 28-09-2016;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias.-----

Não estiveram presentes na sessão de 28-09-2016 os Membros: Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Mário Gaspar, Ruben Barulho, Carlos Santos e Fernando Gregório, pelo que não votaram.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 28-09-2016. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros - Contrato de Delegação de Competências do Município de Albufeira na AMAL; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Este ponto não é assim muito claro e digo porquê: "Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regime Jurídico ", esta Lei é de dois mil e quinze, porque é que devemos apostar nessa Lei? A Lei está feita. Não compreendo".-----

Presidente da Assembleia: " Senhor Pimenta. Peço desculpa por interromper. Nós estamos aqui, obviamente, a deliberar o contrato de delegação de competências do Município de Albufeira na AMAL ao abrigo do regime jurídico dos serviços dos transportes públicos, que é a delegação dessas competências que o Município tem na AMAL".-----

José Pimenta: " Acho que não é assim. Este regime jurídico passar para a AMAL".-----



Presidente da Assembleia: " É a autarquia que está a delegar na AMAL".-----

José Pimenta: "Uma coisa não tem nada a ver com a outra, penso eu".-----

Presidente da Assembleia: " Tem. O Município recebe, ao abrigo deste regime, e o regime permite que a Câmara delegue na AMAL. É uma questão de semântica".-----

José Pimenta: "Em relação a este ponto a CDU vai votar contra. Para já porque somos contra este regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros passar para a AMAL, o que fará honrar mais as autarquias. O que se sente é que as autarquias, e também não compreendo, passam para a AMAL competências da AMAL. A AMAL não é uma Câmara com competência para ficar com estas delegações. É isso que eu não compreendo".-----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer: a AMAL, sendo efetivamente uma Associação de Municípios, é um instituto, um organismo público, legalmente instituído por Lei da República, onde os municípios têm delegação de competências e do qual todos os Presidentes de Câmara, neste caso da região do Algarve, fazem parte. Já há delegações de competências para a AMAL noutras vertentes. A competência da AMAL para assegurar essas competências deriva da própria Lei e, portanto, as competências são de Lei para a AMAL, como por exemplo na Central de Compras, através da qual todos os Municípios fazem as suas compras. Nós, nesta Assembleia, já delegámos, já recebemos por conta da delegação de competências. Já temos exemplos como a eletricidade que o Município contratou através da Central de Compras. Temos a Amal como uma entidade regional que permite, através da organização de todos os municípios, conjugar maior poder de negociação com fornecedores, maior organização, porque consegue gerir através dos seus próprios mecanismos e tem um corpo executivo para atuar. Estas competências estão derivadas de Lei. Só neste sentido existe a AMAL, que até é presidida pelo Presidente da Câmara de Tavira, onde todos os Presidentes de Câmara têm assento e onde são tomadas posições regionais, como, por exemplo, a questão contra o petróleo. A exploração petrolífera foi uma decisão que foi tomada também em Assembleia com todos os Presidentes de Câmara. Portanto, a AMAL teve um papel preponderante na defesa do interesse do Algarve."-----

José Pimenta: "A situação da energia elétrica é completamente diferente. Quando eu estou aqui a dizer "competências", não é que não tenha competência. É o nosso ponto de vista".-----



Presidente da Assembleia: " Sr. Pimenta, quando o senhor disse que não sabia de onde derivava a competência, pensei que já tinha terminado. Só por isso é que eu fiz a minha intervenção, só neste sentido, mais nenhum".-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, e uma vez que há aqui uma delegação de competências do Município, Senhor Presidente, tem vindo a referir, há já bastante tempo, a necessidade de haver um estudo sobre os transportes públicos em Albufeira: o comboio turístico, depois também o transporte turístico de circuito fechado, a questão dos táxis, a questão do GIRO ... Sempre levantámos esta questão como sendo essencial verificar as necessidades do Município e para isso tem que se atribuir as necessárias licenças para circulação. E a questão que se coloca é: se com esta delegação de competências haverá uma maior racionalização dos transportes quer intermunicipais quer intramunicipais, e se com isso podemos, eventualmente, ter aqui uma redução de custos, pelo menos o montante que é pago pelo GIRO, que nós sabemos que é um montante fixo, em que a participação da Câmara Municipal ao longo dos anos tem vindo a aumentar uma vez que, caso não se chegue a esse montante, é a Câmara Municipal que tem que subsidiar. Por isso colocava estas duas questões: se esta delegação permitirá uma intervenção junto dos Municípios, para haver uma maior racionalização e, assim, uma redução de custos."-----

Presidente da Câmara: "Eu responderei em conjunto, respeitando, naturalmente, a ideia do Sr. Pimenta. A verdade é que nós não estamos compartimentados em fronteiras e as pessoas precisam de se deslocar daqui para Faro, daqui para Tavira, de Tavira para aqui, daqui para Messines, de Messines para cá. A nossa competência municipal está contida dentro do nosso território e, portanto, não conseguimos ter uma visão de articulação de transportes. A AMAL, e é algo que em primeira mão irá ser feito, vai ter um diagnóstico de tudo isto e, por isso, precisa de ter competência para poder articular tudo, porque nos interessa ter uma rede de transportes no Algarve que seja devidamente articulada e que seja conexas. Naturalmente que os Municípios vão continuar a ter o seu papel ativo, dentro dos seus limites territoriais, e vão continuar a ter competências nessa matéria. Mas convém que exista uma entidade que possa racionalizar tudo isto da melhor maneira e, naturalmente, que a AMAL, está a representar todos os Presidente de Câmara, todas as Câmara, todos os Municípios do Algarve. Isto também foi objeto de algum debate na própria AMAL, sobre as questões que se colocam, e colocam-se várias questões. Mas há, de facto, uma necessidade de articulação e, portanto, nada como vemos essa necessidade de articulação bem



diagnosticada para a seguir se tomar as melhores medidas e que possam, no caso de alguns Municípios, até levar à redução de despesa ou a uma melhor articulação de transportes. Isso é algo que deverá ser uma entidade regional, como a AMAL, a fazer. Embora tenhamos todos algumas reservas, algumas dúvidas sobre tudo isto, mas esta verdade é que é insofismável: devemos estar unidos, pelo menos na fase de diagnóstico, na fase de soluções, para que os transportes no Algarve e a mobilidade no Algarve seja uma realidade o mais racional possível e o mais eficaz possível. É isso que todos nós queremos".-----

José Pimenta: "Então, acha que, até a aqui, a situação não está a ser articulada".-----

Presidente da Câmara: "Eu acho que o Algarve tem muita falta de mobilidade e, neste momento, a Autoridade de Transportes está-se a demitir um bocado dessas responsabilidades e terá que ser uma entidade regional a agarrar isto porque, se não, ficamos todos desarticulados. Convém tudo isto ser visto como um todo. Naturalmente, que estou a referenciar, neste momento, o senhor Presidente da AMAL, que em conjunto com esta comissão que irá formar e com os técnicos da própria AMAL e até com outros técnicos exteriores, irá formular todo um plano de mobilidade no Algarve. Nós na AMAL, em regra, tomamos as decisões por unanimidade, ali trabalhamos todos na defesa do Algarve e, naturalmente, dos nossos Concelhos. Se conseguirmos fazer coincidir, que é o que se tenta sempre fazer, o interesse regional com o interesse concelhio, a regra geral da AMAL é a aprovações por unanimidade".-----

José Pimenta: "Então as autarquias passam a bola ..." -----

Presidente da Câmara: "São os princípios da descentralização administrativa".-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente, esta delegação de competências, tanto quanto eu consegui perceber, tem a ver única e exclusivamente com os transportes intermunicipais, não inclui a nossa conceção de GIRO".-----

Presidente da Câmara: "Não".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina



Oliveira, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Prestação de Serviços de Ampliação e Remodelação do Sistema de Telegestão da Rede Geral de Abastecimento de Água";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao Fundo de Eficiência Energética - Aviso - Administração Pública Eficiente;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----



Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos seis e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, a Proposta de aquisição, pelo Município de Albufeira, do acervo de bens imóveis que integram a massa falida da "Faceal - Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A."- retificação do valor da venda;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a questão da Faceal, penso que já falámos nalgumas outras Assembleias sobre esta matéria. Ficou definido que haveria uma aquisição com uma redução do valor inicial, porque a Câmara, na altura, não tinha capacidade económica para fazer face a esta situação. Portanto, foi renegociada e as questões que agora colocaria seria nos objetivos que esta aquisição poderia ter. O Senhor Presidente falou na possibilidade de uma escola, nalgumas soluções. A questão seria se já há, efetivamente, algum dado concreto. A segunda questão é saber até que ponto é que está previsto a descontaminação daqueles terrenos. Sabemos que há ali problemas de contaminação, durante anos foram retiradas terras e há ali situações de contaminação. Por último saber se também já há algum projeto relativamente aos moradores que estão naquela zona ou, pelo menos, os moradores que tenham direito a lá estar, porque tenho informação que há algumas ocupações que não tem legitimidade. Assim, gostaria de saber se há, efetivamente, alguma resposta a estas três questões: Há projeto concreto? Há descontaminação? E há algum projeto relativo aos moradores que estão lá?"-----



Cândido Reigado: " A questão é sobre aquela obra que pertencia à Faceal, em relação às casas onde moram pessoas: temos conhecimento que essas casas que estão em más condições. Agora a Câmara tem que assumir a responsabilidade de resolver também o problema com quem lá mora. Em relação a essa diferença dos oitocentos euros, hoje é que a gente sabe numa reunião da Assembleia, em relação à compra da Faceal".-----

Presidente da Câmara: "Nós ainda não somos donos da Faceal. Já agora devo dizer que foi uma dificuldade enorme que os nossos Juristas tiveram e que a senhora Notária, no caso é a Notária Eliane, teve em fazer esta escritura por falta de elementos. Andaram às voltas, e eu a pedir e a insistir: "Tragam-me lá isso que eu tenho pressa nessa aquisição, até para poder gastar o dinheiro até ao final do ano por causa das limitações que sabemos que temos a seguir com a questão do saldo." É ainda estou! Se mandarmos isto amanhã para o Tribunal de Contas (ainda vai ter que ir ao Tribunal de Contas), vamos ver conseguimos realizar isto até ao final do ano. Mal tivemos a minuta foi imediatamente a Reunião de Câmara e mandámos, imediatamente, para a Assembleia. Nós não perdemos um segundo sobre este ponto. Isto é o primeiro ponto: não somos ainda donos mas queremos ser, e espero que sim. Em relação ao projeto, já vos expliquei: as pessoas promotoras desse projeto, com os quais temos apenas uma carta de conforto, já nos vieram fazer uma apresentação no Município. É um projeto com muito interesse, a ser concretizado e eu tenho muita esperança que o seja. Com interesse para o nosso concelho, para o Algarve, para Portugal. É um projeto com muito interesse porque é uma área e um sector que dá empregabilidade na ordem dos cem por cento. Claro que nunca é cem por cento porque a muita gente que tira o curso depois prefere trabalhar no negócio da família ou outra coisa qualquer. Mas é algo que nos poderá resolver vários problemas, designadamente a questão da desertificação de Paderne. Naturalmente que isto não esgota o terreno, isto esgota uma parte do terreno. Depois temos a Universidade do Algarve que também já manifestou interesse, mas depois houve este tempo todo, que isto ser Património Municipal nunca mais era uma realidade. E, portanto, também devo dizer que já falei com a Universidade do Algarve no sentido de poderem também vir a contribuir para que ali sejam instaladas áreas de conhecimento. Há um potencial muito grande. Naturalmente que é uma matéria que eu penso que trará bastante benefício à freguesia de Paderne e ao concelho de Albufeira. Quanto à descontaminação, eu desconhecia por completo, e desconheço por completo, a questão da contaminação daqueles terrenos. Levantou-me agora essa questão e é a primeira vez que oiço falar nela mas irei saber o que é que se



passa. Naturalmente que os nossos serviços, a partir do momento que sejamos donos daquilo, farão toda a análise dessa questão, para que possa ser bem tratada. Quanto à questão dos moradores e de as casas estarem em más condições, devo dizer que a grande motivação política na altura, que levou a que isto fosse aprovado em Assembleia Municipal, foi, precisamente, a dos moradores, os antigos trabalhadores da Faceal, que lá residiam. Foi o grande motivo que levou, na altura, à compra daquele terreno, daquelas instalações: foi a defesa e proteção dos trabalhadores da Faceal. Não mudámos de ideia, naturalmente que essa foi a grande motivação. Hoje, se calhar, já não é tão grande porque já houve muitos que saíram de lá e temos também, neste momento lá, penso eu situações, de pessoas que estão lá sem esse título, de ser trabalhador da Faceal. Portanto, haverá ali situações que terão que ser analisadas caso a caso. O que não vai ser analisado caso a caso são os trabalhadores da Faceal que lá estão. Esses serão protegidos, defendidos, e, passando nós a ser os senhorios, temos também obrigações de tratar essas casas com dignidade, e sobre isso não tenho qualquer dúvida. Nessa matéria, quer na proteção dos trabalhadores, quer de podermos dar condições de habitação condignas, onde eu posso ter algumas dúvidas, quando digo eu, digo o Município, é em relação às ocupações legais que lá foram feitas *a posteriori*. Essas eu não sei, terá que ser visto caso a caso. Quanto aos trabalhadores da Faceal, esta Assembleia não tem dúvidas nenhuma, eu não tenho dúvidas nenhuma, a Câmara não tem dúvidas nenhuma: é o uso legal que lá está. Foi a motivação da compra, na altura, essa proteção, sem prejuízo, depois, de podermos utilizar todo o resto e maximizar todo o resto do investimento. Mas o que nos motivou, na altura, foi essa proteção, que está assegurada e, pelo que me diz respeito, defendê-la-ei com unhas e dentes. Quanto à questão dos oitocentos euros, foi uma questão que, quer eu, quer o gestor de falência, quer a nossa jurista, saímos de lá com as contas que nos foram ditas na altura. Tomámos nota desses valores e depois, em ata, eventualmente por erro de transcrição de quem bateu aquilo à máquina, apareceram lá oitocentos euros a mais. E reformular uma sentença pode levar meses ou anos, não sei. Portanto, é muito mais fácil gastar-se mais oitocentos euros com uma deliberação do que ir pedir a correção. Até podíamos estar errados, até podia ser que as contas da Senhora Juíza, ou de quem transcreveu a ata que estejam certas. Eu não quero ir por esse caminho. Por oitocentos euros nem quero pensar sequer nisso. Pode levar muito tempo até essa questão ser resolvida. Se nós queremos, de facto, que a Faceal seja do Município de Albufeira, se queremos, de facto, proteger as pessoas que lá estão legitimamente, se



queremos, de facto, levar para a frente projetos que possam requalificar a freguesia de Paderne dotando-a de juventude, de saber e de conhecimento (a freguesia de Paderne e o concelho de Albufeira, naturalmente, porque beneficiamos todos com isso), se queremos construir essa situação, então a primeira coisa que temos que fazer é fazer a compra, e eu nisso, como já disse, estou apertado de tempo, todos nós estamos apertados de tempo, porque eu não sei quanto tempo é que o Tribunal de Contas vai levar a dar o visto para esta aquisição. Penso que respondi a todas as questões."-----

José Pimenta: "Senhor Presidente, eu ouvi falar nos antigos trabalhadores da Faceal. Mas, nesta altura, também não é fácil para a autarquia só fazer determinadas melhorias num bloco de apartamentos para sete ou oito pessoas que eram da Faceal. E os outros vão para onde? Eu estava agora aqui a lembrar-me de pessoas que temos que verificar se merecem ficar lá. O problema é que, nessa altura nunca foi feito um recenseamento para saber porque é que as pessoas foram para lá mas, nesta altura, a situação tem que ser resolvida, mesmo com aquelas pessoas".-----

Presidente da Câmara: "Senhor Pimenta, compreendo o que está a dizer mas há algo que é importante que é nós fazermos a distinção. Nós tínhamos pessoas que estavam lá a viver legitimamente - aquelas pessoas da Faceal tinham o seu ordenado e tinham a sua habitação, era legítimo. A empresa foi à falência, ou insolvência, como se queira chamar, e essas pessoas tinham expectativas legítimas de lá viver, e essa foi a motivação, que eu me recordo, e eu fiz parte da deliberação da Assembleia na altura. Devem estar aqui mais pessoas presentes que, na altura, faziam parte da Assembleia Municipal: a grande justificação foi a questão social desses trabalhadores. Agora esta situação não pode ser equiparada a quem, não sendo trabalhador da Faceal, mais tarde, de alguma forma, que eu não sei como neste momento, passou lá a viver, eu não faço a mínima ideia. Daí eu ter dito há bocado: "Vai ter que ser apreciado caso a caso." Enquanto uns estão lá legitimamente, outros eu não sei como é que lá foram parar e, portanto, vamos ter que indagar, vamos ter que ver, e ver se há algum título legítimo. Os trabalhadores da Faceal, para mim, estão lá legitimamente e foi a justificação de aquisição, ou uma grande parte da justificação para a aquisição. Esses, naturalmente, que estão protegidos, à partida. Os outros, eu não sei. Eu não sei porque pode haver situações de ocupação abusiva. Nós iremos saber e iremos avaliar caso a caso. Há uns que, à partida, estão descansados e há outros que temos que ver porque, se não qualquer um de nós ia lá, ocupava uma casa e agora tenho o direito de viver aqui o resto



da vida, não é assim. Houve lá pessoas que tinham direitos, de carácter social. O Município, na altura, achou que tinha a obrigação de os proteger, de os defender, e, na altura, eu era Presidente da Assembleia e fiz parte dessa decisão. Hoje não mudei de opinião, sou a mesma pessoa. Portanto, esses estão protegidos, os outros eu não sei; eu não sei quem lá está, se perguntarem neste momento, não sei nem tenho como saber, eu não posso ir lá perguntar. Nós, Município, não somos donos daquilo. Vou lá perguntar o quê? Não posso ir saber isso. Portanto, iremos sabê-lo e, naturalmente, dentro do bom senso e do espírito de justiça e de racionalidade, iremos ver estas situações, caso a caso. As outras pessoas que estavam lá legitimamente, essas nós sabemos quem eram e não têm problema nenhum".-----

José Pimenta: " Eu só quero dizer uma coisa: se aquilo for derrubado e for feito um bloco de apartamentos, como é que fica? Eu não estou a falar por eles, de maneira nenhuma".-----

Presidente da Assembleia: "Para corroborar aquilo que o Senhor Presidente disse há que explicar uma questão técnica relativamente à questão das insolvências: o Município de Albufeira quando compra, compra livre, desonerado, desocupado e, portanto, tem a faculdade de solicitar ao Tribunal que entregue o bem livre de pessoas e bens. Pode fazê-lo porque o bem é livre, é desonerado, nenhuma das pessoas que lá vive reclamou esse direito na insolvência. O Município tem a faculdade de, querendo, assumir os encargos que dali advêm voluntariamente, como é o caso. Já ficou gravado em todas as Assembleias que este assunto foi tratado que esta questão foi o principal móbil da aquisição. Por parte desta Assembleia, se não me falha a memória, foi por unanimidade quando se tomou essa deliberação de proteger os trabalhadores da Faceal. Esta posição está gravada, portanto, está em ata. Agora nós também sabemos que houve ocupações abusivas, para além da questão de serem trabalhadores da Faceal. Mas como disse o Senhor Presidente disse, o móbil é proteger os trabalhadores da Faceal, e as pessoas que ocuparam, saber a que título é que ocuparam para que haja a proteção social de todos, mas do ponto de vista legal. O Município, se assim o entender, pode pedir que lhe seja entregue livre de pessoas e bens, porque há um prazo legal de reclamação, o que não foi feito. Os prazos para invocarem direitos sobre os imóveis estão todos ultrapassados. Portanto, essa questão social foi o que levou esta Assembleia a tomar essa deliberação e o executivo a seguir (o Senhor Presidente na altura era o Presidente da Assembleia Municipal) essa progressão de Interesse Municipal. Mas depois os serviços tomarão, e estamos a falar, obviamente, com muito



tempo de antecedência, a devida cautela para recolha de informação de todas as pessoas que lá ocupam, para que depois os serviços sociais venham a tomar conhecimento. Agora, a parte desta Assembleia Municipal, no ponto que está aqui em discussão, é única e exclusivamente a questão da retificação do valor da venda, com esta diferença dos oitocentos euros, e no ponto onze, obviamente, a questão da aprovação da minuta que irá servir de base à compra e venda. É esta questão que estamos, efetivamente, aqui a discutir. Sem isto tudo o resto que nós hoje aqui discutimos não fará sentido porque, se a Câmara Municipal não adquirir, não pode tomar, sobre o terreno, qualquer posição de domínio e, portanto, eu pedia que nos centrássemos, efetivamente, na questão da retificação do valor, na questão da aprovação da ata (minuta), podendo, obviamente, qualquer Membro desta Assembleia, para uma próxima Assembleia, pedir a inclusão de um ponto relativamente a esta questão específica para a discussão da finalidade ou qualquer outra que seja. Mas hoje tratamos só da aquisição, valor e a questão da minuta para que nos centremos nos dois pontos em causa".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos sete e oito e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2017/2020;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Em relação ao Orçamento, a CDU considera que há aspetos positivos neste Orçamento: os sociais, a repavimentação de caminhos, que agora está em fase de lançamento e que nós estamos totalmente de acordo, e hoje vi que aquele problema do caminho que dá acesso a Matos de Baixo - não sei se vai ser alcatroado ou não - pelo menos está a ser arranjado, o que é, de facto, importante. Outro aspeto que nós consideramos e que eu queria falar também é das reparações nas escolas. No entanto, há ainda aspetos que nós consideramos negativos: serviços que deviam estar, de facto, na Câmara Municipal continuam a ser outras empresas a fazer, que é o caso da recolha de resíduos sólidos, a central de camionagem de Albufeira, está nas mãos, neste caso, da EVA, os serviços de jardinagem, etc. Esses serviços deviam ser da Câmara. A CDU irá abster-se tanto no Orçamento como nas Grandes Opções do Plano".-----

João Hélder: "Em relação a este Orçamento de dois mil e dezassete, é o tal "motim eventualista" sejamos verdadeiros. Porque depois deste tempo todo de estagnação, praticamente no concelho, não admira que cheguemos ao fim deste período com o saldo de caixa que temos neste momento. O que o povo diz é que quer eleições de ano a ano ou de dois em dois anos, e realmente é isso que se verifica."-----

Miguel Coelho: "Face à falta de paridade entre os investimentos da freguesia de Paderne e as outras três freguesias do concelho, eu informo que me vou abster nestes dois pontos e depois farei uma declaração de voto." (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira: "É muito simples: esta proposta, apesar de melhorada, tem uma tal dificuldade: é a sua exequibilidade. E, portanto, a nossa política tem sido até agora não obstaculizar o exercício e execução dos orçamentos. É nesse sentido que o faremos, ou seja, de forma alguma ir votar contra este orçamento. Entendemos que poderia, efetivamente, ser melhorado, mas é a ótica que o executivo tem relativamente a esta questão, e, por isso, a posição vai ser de abstenção, aguardando ansiosamente e efetivamente a execução do mesmo, para poder depois, no final tomar a posição relativamente à exequibilidade do mesmo".-----

Adriano Ferrão: "É natural que se começassem a ouvir estes argumentos de populismo. O investimento quando falta vai aparecer mais perto de eleições, a um ano e tal. Estão aí as eleições. O protagonismo tem que ser assim, porque, senão, pode ser prejudicial para quem não é protagonista nesse sentido. De modo que eu penso que é de enaltecer



a coragem e que o executivo está mesmo de parabéns ao reforçar este esforço que vai ser no âmbito das questões sociais e relevantes, sobretudo, o saneamento, os caminhos, as estradas, as ruas, a ação social, a educação, ou seja, aquilo que diz respeito aos munícipes, aquilo que o munícipe espera. É preciso lembrar, fazer um pouco da história destes últimos tempos, deste mandato, que foi um mandato que percorreu um período crítico em Portugal, que se sentiu um pouco por toda a Europa, e em todo o Mundo, mas em Portugal, e todas as finanças locais sofreram com isso, e que o concelho esteve sob o PAEL, como todos sabemos, e que demorou o seu tempo a recuperar. Essa recuperação foi feita em tempo recorde, o que é também algo que eu gostava de enaltecer, porque é aquela obra invisível de que o munícipe não se dá conta e que convém ser divulgada, porque esses trinta milhões que estavam em causa foi um esforço financeiro em tempo de crise. Depois de resolvida essa questão, era necessário criar, então, os projetos para um período que se adivinhava que ia ser mais promissor e mais próspero, o que aconteceu. Como já sabemos os projetos e todos esses trâmites burocráticos e administrativos que decorrem neste país, fazem, de facto, parte desse domínio em Portugal, que são coisas que se arrastam e que se atropelam, que se arrastam muitas vezes nas instituições públicas, que vivem de costas viradas umas para as outras, e que atrasam tudo. Possivelmente em Portugal muita coisa não se faz por causa dessa demora. E nós, agora, temos, finalmente, a hipótese de lançar a obra. Como vamos lançar a obra depois de três anos de mandato, com certeza que tem que ser eleitoralismo. Isto é fácil, isto é demagógico, e isto estamos fartos de ouvir, todos de quatro em quatro anos ouvimos sempre essa mesma coisa. O facto é que temos que começar por algum lado e este começar por algum lado é precisamente este ano. É com este Orçamento de dois mil e dezassete, como foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Câmara, que esta obra que vai ser lançada mas não pode ser realizada neste mandato, tem que ser realizada ainda em mais mandatos. O mandato é curto para isto. Não há nenhuma garantia que sejamos nós a estar no executivo e que os nomes e a distribuição dos deputados nesta Câmara sejam os mesmos. Ninguém tem uma bola de cristal para adivinhar isso. Vamos, isso sim, criar todas as condições, lançar esses projetos, lançar a obra desses projetos e esperar que aqueles que cá estão, se cá estiverem que a continuem, e aqueles que não estão, se cá vierem parar também façam essa continuidade. Estamos aqui a pensar é no bem de Albufeira, é no bem dos Munícipes de Albufeira, não estamos a pensar no protagonismo político e no perdurar de cada um dos que está aqui a intervir. E às vezes confunde-se



essas matérias e é fácil de querer confundir o povo e manipular a opinião pública. Um pequeno apontamento: há bocado, falava-se aqui dos transportes intermunicipais, do protagonismo que a EVA tem tido aqui na região do Algarve. Mas falávamos aqui, um pouco antes, na possibilidade de a AMAL vir a racionalizar estes transportes intermunicipais e de melhorar esse todo, colocando a EVA numa outra posição, sendo a AMAL a promotora dessa racionalização, com maior eficácia e com, possivelmente, menores custos, embora isso ainda não possa ser dito porque os custos ainda não estão calculados".-----

Francisco Oliveira: "Só este pequeno apontamento relativamente a esta questão: eu relembro o Senhor Deputado Adriano Ferrão que, quem, efetivamente, conduziu para a necessidade de recorrer ao PAEL, foi o executivo em que o Senhor Adriano fazia parte da Assembleia Municipal. Portanto, nem todos os Municípios do País recorreram ao PAEL, nem a crise afetou toda a gente. Portanto, quando o Senhor Deputado faz referência ao facto de os munícipes de Albufeira não terem sentido esta situação ou terem sentido, de facto, esta melhoria, não é verdade. Eles sentiram nos bolsos o valor dos impostos, o valor das taxas que foram ao máximo pela necessidade de terem de recorrerem ao PAEL. De facto, os munícipes sentiram isso e sentiram também a necessidade de terem que pagar mais um ano em que não se pagou o PAEL no ano anterior. São tudo situações que, na verdade, também não convém lembrar que essa situação foi conduzida nessas circunstâncias e nem todos os Municípios tiveram que recorrer ao PAEL. Portanto, não é uma questão Nacional nem Internacional como quer fazer crer, é uma questão de gestão, que não foi a mais correta".-----

José Pimenta: "Praticamente já foi quase tudo dito e nós estamos um bocado de acordo. Este saldo é muito proveniente do IMI. Em relação à faturação da água, nós trouxemos uma documentação aqui há uns meses atrás e eu recordo-me, perfeitamente, o que é que me chamaram, deve estar em ata. Neste momento nós estamos de acordo que a tarifa baixe. Vamos lá ver uma coisa: estamos a sete meses das eleições, nessa altura estávamos a vinte. Por causa dos estudos ... mas quais estudos? Não é o valor da água, é das taxas. Há necessidade de espaços verdes, é uma coisa que eu não encontro. Tentei ler com atenção - se calhar ninguém que está aqui leu tudo. Há uma coisa que eu queria chamar à atenção: Grandes Opções de Plano para dois e dezassete/ Eventos. O que é que quer dizer "Eventos"? Festas, foguetes e romarias? Quinhentos e quarenta mil euros, certo? Anos seguintes: quatrocentos mil euros. Porquê Senhor Presidente? Porquê? Para dois mil e dezassete é quinhentos mil e nos



outros anos é quatrocentos mil? De qualquer maneira nós achamos que deve ser aprovado."-----

Adriano Ferrão: "Só para fazer aqui a moeda de troca com o Senhor Deputado Francisco Oliveira que refere que foi o despesismo desta Câmara a levar ao PAEL e porque isto será um exclusivo da Câmara de Albufeira, coisa que não aconteceu. Há Câmaras no país que não eram do quadrante do PSD mas sim do quadrante do PS e aconteceu-lhes o mesmo. Por outro lado, isto tem uma ligação com a governação que na altura tínhamos, do Engenheiro José Sócrates, que levou não só as Câmaras mas o País àquilo que foi, e por isso hoje até o próprio PS diz que interessa afastar o mais depressa possível desse cenário."-----

Francisco Oliveira: "Falta de memória! Realmente, não tenho, de facto, mais nada a dizer, deixo à consideração dos presentes".-----

Presidente da Câmara: "Acho que todos podem expressar os seus sentimentos. Já ouvi várias demonstrações de sentimentos, eu tenho outros. Penso que é um orçamento equilibrado, é um orçamento que tem uma previsão de receitas, não tem nada a ver com o saldo, corrija-se - também já ouvi aí dizer do saldo, que se esteve a guardar para agora se poder fazer este orçamento, o que não corresponde. É um orçamento que se preocupa com as escolas, com a ação social, com o ordenamento do território, com o saneamento, com a questão das águas, com a cultura, com o desporto, com as estradas. É um orçamento que tem um plano de investimentos. Tem as despesas correntes, naturalmente. Não estamos a prever grandes diferenças em relação às receitas, também não estamos a prever grandes diferenças em relação às despesas. Em relação às questões que levantou que devemos ter mais serviços camarários, pois eu não discordo disso. Só que há um problema que é um problema legal. Nós temos limitações na contratação e nós, em Albufeira, já tivemos cerca de mil e quatrocentos trabalhadores. Neste momento, temos mil cento e onze. Estamos a admitir, estão a ser transitados, cerca de oitenta postos de trabalho novos até ao dia dezassete. Temos uma previsão de mais setenta e um novos postos de trabalhos e estamos a ir aos limites também nas mobilidades entre carreiras. Vamos tentar (não é obrigatório) que sejam nesses funcionários porque terá que ser aberto concurso e eles poderão concorrer livremente. E estamos a pensar abrir mais novas mobilidades em dois mil e dezassete para tentar também que as pessoas se motivem, que os trabalhadores estejam motivados. Portanto, é um orçamento que tem um plano de investimentos na ordem dos quinze milhões. Tentei reparti-lo da forma mais equitativa possível.



Evidentemente que temos as questões que nos limitam de não podermos incluir logo os valores que transitam, temos essas limitações. Aliás, é uma questão que nos aflige um pouco a todos os Presidentes de Câmara. Temos restrições severas nessa matéria e depois reservam-nos para zonas de alto investimento. Não podemos fazer obra, podemos começar a fazer obra depois de Março, começar a lançar os procedimentos, depois, chegamos ao Verão, não podemos. Estou a lembrar-me, em concreto, ali da Rua das Telecomunicações. Provavelmente irá transitar-se a obra para o ano que vem e vai ter que ser já com a previsão deste orçamento do ano que vem. Portanto, isto das regras orçamentais ... e eu sou o primeiro a gostar que os Municípios façam uma gestão o mais racional possível e o mais contida possível. Agora, estas regras burocráticas são asfixiantes e em zonas como Albufeira, que temos que, de facto, ter algum cuidado na realização de obras no Verão, as regras têm que ser alteradas. Ainda ontem chamávamos à atenção disto. E não sou só eu que chamo a atenção a isto, os Presidentes de Câmara do Algarve, ontem chamavam à atenção o Senhor Ministro Adjunto, Senhor Doutor Eduardo Cabrita, em relação a esta questão do orçamento. Em relação à Lei da contratação pública, que estava aí na forja, também se estava, involuntariamente, a burocratizar mais. Foi chamado à atenção o Senhor Ministro, que, imediatamente tomou nota. Também nesse sentido, de não burocratizar mais todas estas regras da contratação pública, todos nós queremos que sejam transparentes, todos nós queremos que sejam visíveis, que sejam claras, mas também que sejam relativamente fáceis. Nós ainda vivemos com regras que são muito asfixiantes e, portanto, é o que temos".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: dez (10): Francisco Oliveira, João Cabrita, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, Leonardo Paço e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho -----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, o Secretário da



Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----
A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2017, incluindo Mapa de Pessoal;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00);-----

Abstencões: dez (10): Francisco Oliveira, João Cabrita, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, Leonardo Paço e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho -----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Miguel Coelho apresentou e leu a declaração de voto, aos pontos 7 e 8. (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Fornecimento Contínuo de britas, gravilhas, *tout venant*, pó de pedra e detritos, até ao limite de 20.000,00 mais IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00); -----

Abstencões: zero (00); -----

Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado,



Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para a Aquisição de Serviços de Elaboração de Planos de Segurança ou suas Adaptações, Medidas de Auto Proteção e Registos de Segurança;-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Minuta da escritura pública de compra e venda do acervo de bens imóveis que integram a massa falida da Faceal - Fábrica de Cerâmica do Algarve, S.A., em Mem Moniz - Paderne;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----



Votos a Favor: vinte e quatro (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, João Cabrita, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos doze e treze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão do Orçamento para o ano 2016;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00);-----

Abstenções: oito (08): Francisco Oliveira, João Cabrita, Fernando Cabrita, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, Leonardo Paço e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho. -----

Votos a Favor: dezassete (17): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, o Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras, Fernando Gregório, bem como o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: oito (08): Francisco Oliveira, João Cabrita, Fernando Cabrita, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, Leonardo Paço e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho. -----

Votos a Favor: dezassete (17): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, o Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras, Fernando Gregório, bem como o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Novembro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



DECLARAÇÃO DE VOTO

D.

Ponto 7 c 8.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, quero expressar o descontentamento da população residente na freguesia de Paderne, relativamente ao fato do Orçamento Municipal de Albufeira, para o ano de 2017, não contemplar investimentos na freguesia, que visem equiparar as condições de vida à dos restantes Albufeirenses, nomeadamente no que diz respeito à rede viária, transportes públicos, ao saneamento básico, à habitação, à educação, aos espaços públicos e economia, entre outras.

Há muito que o executivo da Junta de Freguesia de Paderne vem apresentando propostas à Câmara Municipal de Albufeira, nestas matérias, disponibilizando-se para colaborar através da delegação de competências, sem ter qualquer resposta, sendo que neste Orçamento apenas aparecem 2 ou 3 repavimentações novas, sem qualquer critério de prioridades, com financiamento não definido, esquecendo principalmente os 25 Km de caminhos de terra batida degradados que servem mais de 250 habitações, onde na sua maioria nem sequer existe rede de esgotos, situação que se verifica em mais de um terço das habitações da freguesia, cuja obra de construção de saneamento na zona norte de Paderne, a Câmara Municipal de Albufeira apenas prevê executar no ano de 2019.

Face ao exposto, declaro que o meu voto é a abstenção, fazendo um alerta ao Sr. Presidente de que é urgente dotar todo o concelho de Albufeira com as mesmas condições de vida, para que todos os Albufeirenses possam tirar partido do litoral e do interior e tenham orgulho em viver no maior concelho turístico de país.

Paderne, 29 de Novembro de 2016

O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne

-Miguel Gonçalves Coelho-